

DECÁLOGO

GENTE; FATOS; PERSONAGENS

I — Armação limitada

Previamente articulada, uma homenagem ao deputado Ulysses Guimarães agitou, ontem, a Constituinte. Claramente anti-regimental, voltou à pauta a proposta que viabilizaria sua reeleição para a presidência da Câmara. Era puro jogo de cena, mas os que não estavam informados chegaram a acreditar que seria mais um casuismo na Constituinte. Enquanto Ulysses esteve fora do plenário, rodas se formavam para a discussão de uma posição. O deputado Paes de Andrade, candidato à presidência da Câmara, cercado de parlamentares que o apoiam, estava preocupado. O deputado Heráclito Fortes, ulyssista, aproximou-se do grupo e informou:

— Não se preocupem. É só uma homenagem. O doutor Ulysses não vai aceitar. Dito e feito.

II — Bem cotado

Quem votou na Constituinte pela anexação do Território de Fernando de Noronha a Pernambuco, pensando em atingir ao governador Fernando César Mesquita, pode sofrer uma decepção. Parlamentares do PMDB de Pernambuco, ligados ao governador Miguel Arraes, acreditam que ele pode manter Fernando César no cargo. E por dois fortes motivos: 1) — é a garantia de que o Governo Federal continuará a ajudar o território; 2) — Fernando César é um dos responsáveis pela reabertura dos canais entre Arraes e o Planalto, que resultaram em expressiva liberação de verbas para Pernambuco.

III — Bom de voto

Num intervalo entre uma e outra votação, o deputado Ulysses Guimarães atraiu a atenção do plenário, afirmando que daria uma boa notícia: "Quero informar que sem sermos Pele, já votamos a milésima emenda". O plenário aplaudiu. E Ulysses acrescentou:

— Portanto, pé no acelerador.

IV — Vale tudo

Soprando um apito, o deputado José Genoíno circulava, ontem, faceiro pelo plenário da Constituinte, imitando o som de um trem. Chamava atenção, assim, dos diversos trens de alegria na pauta de votação das Disposições Transitórias. No posto médico, dentro do plenário, Genoíno mediu sua pressão e ficou satisfeito:

— Estou ótimo para as batalhas campais.

O deputado Matheus Iensen, autor da emenda que assegurou os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, ouviu o comentário de Genoíno e aconselhou:

— Tome cuidado para não morrer.

— Fique tranquilo. Eu já parei de fumar. Quem corre risco é você que ainda não deixou de apoiar o Governo.

V — Jogo eficaz

Desinformados da jogada armada para homenagear o deputado Ulysses Guimarães, o PSDB e o PDT entraram em parafuso: discordavam do mérito da proposta, mas não poderiam definir-se contra o presidente da Constituinte. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, não teve dúvida: telefonou para o

Rio de Janeiro e consultou o ex-governador Leonel Brizola, que mandou abrir a questão na bancada e homenagear Ulysses nos discursos.

Quem entrou de gaiato na história foi o deputado Gastone Righi, que foi à tribuna combater a emenda que permitia a reeleição de Ulysses.

VI — Comboio da alegria

Diante da perspectiva da votação dos vários trens de alegria nas Disposições Transitórias da Constituinte, o deputado Luiz Ignácio Lula da Silva comentou, ontem pela manhã, no plenário: "Aqui, hoje, tem mais maquinação do que constituinte".

O deputado Hélio Duque foi mais caustico:

— Chegamos à fase do esgoto. Esgoto sem qualquer saneamento.

VII — Último dia

Na sessão matutina da Constituinte, o deputado José Elias Murad, do PTB de Minas Gerais, foi ao microfone do plenário e fez um apelo: "Doutor Ulysses, eu gostaria de defender a proposta que vai ser votada. Posso?"

— Pode.

— Eu poderia ir defendê-la da tribuna?

Ulysses, generoso, respondeu:

— Claro. Aproveita que está no fim.

VIII — Bagunça de sempre

O Campeonato Brasileiro de Futebol continua uma bagunça. Ontem à noite, em meio às votações na Constituinte, o deputado Márcio Braga, que é presidente do Flamengo, dizia, numa roda de parlamentares e jornalistas, que não tinha a menor ideia se o seu time vai jogar com o Vasco da Gama no próximo domingo:

— Trata-se de um campeonato que ninguém sabe quando termina. Se podemos ou não assinar contratos com patrocinadores e para televisoramento.

IX — Com festa

Com solenidade, o PMDB preparou para hoje de manhã, uma grande festa para receber de volta, ao partido, o deputado José Costa, o primeiro tucano a retornar ao antigo ninho. Ele assina a ficha de filiação ao PMDB no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, numa reunião com a presença de muitos parlamentares.

A idéia no comando do PMDB é aproveitar as dificuldades e crises enfrentadas pelo PSDB para tentar convencer alguns de seus integrantes a voltar ao partido.

X — Depende do caso

No encaminhamento da votação da proposta de estabilidade para os servidores públicos com cinco anos de trabalho, o deputado Inocêncio de Oliveira, em nome da liderança do PFL, destacou que o objetivo de todos era fazer uma Constituição avançada e democrática:

— Não poderemos deixar de aprovar essa emenda para não sermos mais retrógrados do que a Constituição de 1967.

Inocêncio, que votou contra a estabilidade no emprego para os demais trabalhadores, defendeu na Constituinte uma proposta para a reforma agrária mais atrasada do que a aprovada em 1967.

— Não poderemos deixar de aprovar essa emenda para não sermos mais retrógrados do que a Constituição de 1967.

Inocêncio, que votou contra a estabilidade no emprego para os demais trabalhadores, defendeu na Constituinte uma proposta para a reforma agrária mais atrasada do que a aprovada em 1967.

Inocêncio, que votou contra a estabilidade no emprego para os demais trabalhadores, defendeu na Constituinte uma proposta para a reforma agrária mais atrasada do que a aprovada em 1967.

Inocêncio, que votou contra a estabilidade no emprego para os demais trabalhadores, defendeu na Constituinte uma proposta para a reforma agrária mais atrasada do que a aprovada em 1967.

VERSÍCULOS

- Esforço concentrado do Congresso está sendo convocado para 13, 14 e 15 deste mês, por iniciativa do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro. É para desafogar a pauta.
- Quem ingressou nas Forças Armadas antes de 64 não terá mais duas promoções ao passar para a reserva. A Constituinte suprimiu dispositivo que permitiria isso.
- O corte de recursos dos ministérios e a extinção do imposto único inviabilizam a construção e a manutenção de obras rodoviárias, adverte o ministro dos Transportes, José Reinaldo.
- Corrupção motivou três intervenções, em um mês, no RN: Câmara de Macaíba e prefeituras de Pedro Avelino e Várzea (ontem). O município de S. José de Campestre também está na mira.
- A Câmara de Arapongas-PR cassou o vereador Reinaldo Soares (PDMB), que matou o funcionário público Juares Alves, no dia 26 de abril, dentro do prédio do Legislativo.
- O PFL-PE cobra renúncia do conselheiro do Tribunal de Contas, Fernando Correia, por participar de reuniões do PMDB no Palácio e na residência do governador Miguel Arraes.
- Jânio Quadros promoveu a festa de casamento da neta Ana Cláudia com o assessor da Secretaria de Administração, Marcelo Martins. Continua somando dividendos políticos.
- Das 86 localidades gaúchas emancipadas recentemente, 80 não têm os 10 mil habitantes para ser município. E o IBGE já avisou que não tem condições de fazer censo agora.
- O PSB denuncia manipulação de dados e distorção de informações, "a serviço de grupos econômicos e outras candidaturas", prejudicando a de seu candidato a prefeito do Rio, Jô Rezende.
- Para derrotar Marcelo Allençar (PDT), no Rio, o deputado Márcio Braga (PMDB) sugere aliança de seu partido com o PFL, PSDB e PSB.
- O ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira (PMB), nega que Quercia o ajude a eleger-se prefeito de Belo Horizonte para inviabilizar candidatura de Newton Cardoso à Presidência.
- Antônio Ermírio de Moraes lançou os nomes do senador Mário Covas (PSDB-SP) e do governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), como candidatos "sérios" à presidência da República.
- Está solto o tenente-coronel Péricles Cunha, preso há 15 dias por ter criticado o presidente Sarney em artigo no "Estado".

AGENDAS

Do Presidente
O presidente Sarney inicia hoje viagem de cinco dias a São Luís e Alcântara, no Maranhão

Do Governador
Não foi distribuída

Último trem da alegria dá estabilidade a 90 mil



No final de seus trabalhos, a Constituinte embarcou ontem 90 mil passageiros no maior "trem da alegria" da história do País.

Por 408 votos favoráveis, 26 contrários e oito abstenções, o plenário, sob a orientação de todas as lideranças, decidiu manter o texto aprovado em primeiro turno que dá estabilidade a servidores públicos civis da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que, até a data da promulgação, tenham cinco anos de exercício contínuo na função, mesmo sem terem feito concurso público.

O trem da estabilidade se aplica a todos os servidores da administração direta, autárquica e das fundações públicas, não se aplicando, no entanto, aos professores de nível superior. A estabilidade a não-concurados não se aplicam também aqueles que estiverem ocupando cargos de confiança. Para configurar que não se trata abertamente de um "trem da alegria", os constituintes colocaram no texto a exigência de concurso interno para o benefício, não existindo, porém, qualquer tipo de limitação de vagas ou comprovação de títulos, conforme está disposto no texto permanente.

Efeito homologatório
Concursos dessa natureza são conhecidos e têm efeito meramente homologatório. Recentemente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) promoveu um "tremzinho da alegria" que teve forte repercussão em toda a imprensa. Para legalizar a situação dos quase dois mil passageiros, a entidade realizou um concurso de provas, de nível superior com conteúdo pelo qual qualquer pessoa com o primei-



Ricardo Fiúza, do Centrão, defendeu o novo "trem da alegria"

ro grau teria condições de ser aprovada.

A apreciação da reunião de emendas que constitucionalizou a estabilidade para as contratações irregulares provocou um atraso de aproximadamente duas horas sessão de ontem. Para defender a proposta, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) afirmou que "isto não é trem da alegria, porque nas empresas privadas a estabilidade é após 90 dias". A argumentação de Fiúza

foi contraditada pelo deputado Robson Marinho (PSDB-SP), que queria a supressão total da "imoralidade". Afirmou que a aprovação do trem da alegria representa o "maior equívoco de toda a Constituinte, que não teve coragem de dar estabilidade para os trabalhadores da empresa privada". Marinho alertou que a aprovação dos "trens das Disposições Transitórias demoralizam todo o trabalho sério que realizamos".

2º turno na eleição presidencial

As eleições presidenciais de 15 de novembro do próximo ano serão realizadas em dois turnos. O plenário da Constituinte acolheu por 407 votos contra quatro e quatro abstenções um acordo de lideranças determinando que se no primeiro turno de votação nenhum dos candidatos alcançar a maioria absoluta dos votos, até 20 dias após a proclamação do primeiro resultado será realizado um novo turno entre os dois candidatos mais votados. Será eleito novo Presidente da República aquele que obtiver a

maioria dos votos válidos.

A única alteração sofrida no dispositivo foi o prazo entre um turno e outro, que foi reduzido de 30 para 20 dias. Assim, o sucessor do presidente Sarney deverá ser conhecido durante as festas natalinas, já que para a apuração dos votos estão sendo estimados cerca de dez dias. Isso faria com que o segundo fosse realizado no dia 15 de dezembro. O sucessor de Sarney assumirá a presidência no dia 15 de março de 1990.

As eleições para os presidentes seguintes não obedecerá o mesmo calendário. A parte permanente da nova Constituição estabelece que todas as eleições deverão ser realizadas 90 dias antes da posse — 1º de janeiro —, ou seja no dia 3 de outubro. Baseado nessa data, estima-se que o segundo turno, na segunda eleição presidencial do País, seja realizado no dia 3 de novembro e a divulgação do resultado seja próxima do dia 15 de novembro — data convencional das eleições até hoje.

Francisco Amaral deve ser indicado para o MTb até 2ª

O presidente José Sarney deverá indicar até segunda-feira próxima o nome do deputado Francisco Amaral (do PMDB de São Paulo) para o Ministério do Trabalho, na vaga de Almir Pazzianotto, recém-escolhido ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Neste final de semana, o Governo espera concluir os entendimentos em torno do preenchimento da vaga de Pazzianotto, que vinha sendo postulada também pela bancada do PMDB do Rio de Janeiro e por empresários amigos do presidente José Sarney.

No caso dos peemedebistas fluminenses, a candidatura preferida era a do deputado Jorge Leite — apoiada pelos representantes do Estado do Rio favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney

A preferência do Governo pela candidatura Amaral resultou de um conjunto de circunstâncias. Em primeiro lugar, o nome do deputado paulista que votou pelos 5 anos de mandato, conta com as simpatias pessoais do próprio Presidente, com quem conviveu durante vinte anos no Congresso Nacional.

Francisco Amaral, cujo nome está praticamente definido para ocupar o Ministério do Trabalho, na vaga do ministro Almir Pazzianotto, é deputado federal por São Paulo e está em seu quinto mandato legislativo.

No começo de sua vida pública, Amaral foi prefeito de Campinas, em São Paulo, cidade na qual exerceu a advocacia, especialmente na área trabalhista.

Na Câmara dos Deputados, o



Amaral, como advogado e deputado, é perito na área trabalhista

Experiência e amizade com Sarney

representante de São Paulo pertenceu, em todas as legislaturas, à Comissão de Legislação Social, destacando-se como o parlamentar que apresentou o maior número de projetos de lei sobre legislação social e trabalhista.

Fundador do extinto MDB, Amaral logo se inscreveu no PMDB, quando esta agremiação substituiu aquela, no final dos anos 70.

Praticamente sem nenhuma

área de atrito no Congresso, em razão de seu temperamento tranquilo, Francisco Amaral fez amigos em todos os partidos, sendo um deles o ex-presidente do PDS e antigo senador da Arena, o atual presidente da República, José Sarney.

Em sua cidade natal, Campinas, o deputado peemedebista quando jovem, era conhecido pela alcunha de "Paganini", em razão de sua semelhança física, à época, com o músico italiano.

Aposentadorias terão correção

Todas as aposentadorias e pensões existentes à data da promulgação da nova Constituição serão revistas a fim de restabelecer o seu poder aquisitivo ao da data de sua concessão. Apesar da resistência do Palácio do Planalto, que pedia a supressão deste texto, sob a alegação de que a Previdência Social não teria condições de "arcar com mais esta despesa", o plenário da Constituinte manteve o texto sem qualquer votação, pois o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) retirou a emenda que suprimia medida das Disposições Transitórias.

O texto da futura Constituição determina que a revisão terá que ser feita até o sétimo mês após a promulgação da Constituição, se isto ocorrer ainda no mês de setembro, as pensões e aposentadorias teriam seus valores majorados a partir de abril do ano que vem.

O artigo 65 das Disposições Transitórias beneficiará quase 80% dos aposentados no País, que percebem apenas um salário mínimo mensalmente. A perda do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões foi provocada por uma política de reajustes inferiores aos dos trabalhadores da ativa e também pelo processo de achatamento salarial que se acentuou no País a partir de 1975. Desde então, algumas pessoas que se aposentaram contribuindo com seis salários mínimos só voltaram a perceber o equivalente a um, com o decreto do presidente Sarney que criou o teto mínimo na área urbana de um piso nacional de salários.

Nacionalização
O plenário da Constituinte aprovou ontem uma reunião de emendas fixando o prazo de quatro anos para que as empresas brasileiras de capital estrangeiro convertam a maioria de seu capital em nacional. Durante este período, será assegurada a validade das concessões existentes à data da promulgação da Constituição para a pesquisa e lavra de minerais e também para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica — utilizadas apenas para a execução do processamento industrial do que for explorado.

De acordo com o que foi aprovado no primeiro turno, a exploração mineral é monopólio estatal da União e a concessão para a exploração só poderá ser feita às empresas de capital nacional.

De acordo com o que foi aprovado no primeiro turno, a exploração mineral é monopólio estatal da União e a concessão para a exploração só poderá ser feita às empresas de capital nacional.

Festa marca último dia de votação

No seu último dia de votação, a Assembléia Constituinte votou de ressaca, extenuada pela festa bye bye Constituinte, promovida pela liderança do PDT e que só terminou às 5h30 da manhã de ontem. A falta de Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), o mais famoso pé-de-valsa da República, fizeram sucesso Fernando Santana (PCB-BA) e Severo Gomes (PMDB-SP), dançarinos incansáveis. Na virada da madrugada, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), cambaleava ao peso de um copo de uísque.

"Isto aqui é o contrário do baile da Ilha Fiscal. É a festa de um País que caminha para a modernização", brindou na décima segunda badalada do relógio o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), certo de que a nova Constituição vai complicar um pouco o futuro do capitalismo brasileiro. A alguns metros dali, o deputado Renan Calheiros (PSDB-AL) tentava convencer a deputada Tutu Quadros (PSDB-SP) a gravar um teipe em favor de sua campanha para a prefeitura de Macaé. "Eu te apoio sim, mas não tenho a menor simpatia pelo Fernando Collor de Melo. E você é candidato dele", respondeu Tutu. "Acontece, Tutu, que eu sou uma pessoa e o Fernando é outra", explicou-se Renan Calheiros.

A festa dos constituintes, em cujo convite se propunha a comemoração da derrota do Centrão, ocorreu exatamente algumas horas depois de o plenário votar definitivamente a limitação em 12% ao ano dos juros bancários. Assim mesmo, o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), do Banco Multiplic, estava lá. Em determinado momento, um parlamentar de esquerda se aproximou e indagou: "E aí, Ronaldo, como é que os banqueiros vão reagir?". Não falo nesse tipo de assunto em festa", reagiu o deputado.

A Novíssima República



GouCom